



GT 28. Das coleções aos sujeitos, dos sujeitos às coleções: nova luz sobre os acervos etnográficos musealizados

Coordenador(es):

Adriana Russi Tavares de Mello (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Lúcia Hussak Van Velthem (Museu Paraense Emílio Goeldi)

Sessão 1

Debatedor/a: Marília Xavier Cury (MAE-USP)

Sessão 2

Debatedor/a: Lia Fernandes Peixinho (UNIRIO)

Desde o final da década de 1990 os processos museológicos relacionados às coleções etnográficas vem sendo alvo de críticas, reflexões e significativas mudanças. Nesse sentido, a antropologia e a museologia reviram seus pressupostos epistemológicos o que provocou entre outros a constituição de uma nova ética na relação com os chamados “informantes” ou “povos representados” nas coleções. Paralelamente, em diferentes localidades os povos tradicionais, os povos indígenas e outros povos tem se organizado para pressionar governos, pesquisadores e a sociedade em geral na garantia de seus direitos, o que por sua vez em muitos casos desaguou na formulação de políticas próprias que lhes asseguram tais direitos. Direito ao território, às memórias, às tradições, à língua, à educação diferenciada e ao patrimônio são apenas alguns destes direitos. Implicadas com tais mudanças, diversas instituições e iniciativas lançam uma nova luz sobre as coleções etnográficas, iluminando práticas que são construídas por um fazer colaborativo com povos indígenas, populações tradicionais e outros grupos sociais na busca de novos sentidos para além das próprias coleções. Assim, este GT pretende acolher relatos de experiências e reflexões, conduzidas em espaços museais ou fora deles por diferentes atores, que versam sobre o duplo caminho que articula coleções e sujeitos, sujeitos e coleções.

Compartilhamento internacional de dados digitais de coleções etnográficas: um debate ético sobre cooperação entre museus no contexto decolonial

Autoria: Renata Curcio Valente (MUSEU NACIONAL)

A proposta do presente work é de refletir sobre os fundamentos políticos e éticos relacionados ao desenvolvimento de políticas nacionais e internacionais de restituição de objetos ou coleções etnográficas, formados no contexto de relações coloniais, para os países e culturas de origem. Nos interessa investigar se e em que medida tais fundamentos sustentam e dialogam com a proposição de compartilhamento de dados ou arquivos digitalizados de coleções etnográficas de museus europeus e norteamericanos. Este é um tema caro particularmente a definição de uma política de formação de acervos etnográficos de povos indígenas no Brasil, considerando o incêndio que destruiu parte significativa do acervo do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional, em setembro de 2018. O acervo original do Museu Nacional do Rio de Janeiro contava com coleções etnográficas do século XIX, resultado de práticas de investigação e de colecionamento adotadas também em museus de história natural europeus, onde se encontram uma parte expressiva da história dos povos indígenas que viviam e ainda vivem no Brasil. A demanda pelo compartilhamento de dados e de documentação histórica de coleções etnográficas sob a guarda de instituições museológicas estrangeiras de referência mundial é uma das estratégias em que se baseia a política de reconstrução adotada pelo Setor de Etnologia do Museu Nacional, além da formação de coleções contemporâneas. A



proposta de ?restituição virtual? das coleções etnográficas de povos indígenas originários do Brasil encontra incertezas e revela resistências que são características das estruturas de instituições museológicas centrais e que fazem parte da definição dos bens culturais como parte do patrimônio cultural de uma nação, e que, portanto, são bens inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis. Este é um tema sensível que reflete um paradoxo colonial pois, do ponto de vista dos Estados que as recebem, as coleções etnográficas musealizadas, registradas como patrimônio de um museu, tornam-se parte do patrimônio cultural nacional, enquanto, pela procedência, constituem parte do acervo cultural de povos e culturas não europeias. O debate vem sendo desenvolvido por países africanos, sobretudo Benin e Senegal, que demandaram a restituição física e virtual de coleções africanas que se encontram desde o final do século XIX sob a guarda de museus europeus. Tomando como ponto de referência o comprometimento do presidente francês Emmanuel Macron de restituição de obras de arte provenientes do Benin, por meio de um relatório assinado por Benedict Savoy, organizações internacionais como UNESCO e ICOM vêm mostrando maior abertura para o debate em torno do tema em conferências internacionais, como uma nova forma de cooperação no campo dos museus.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: